

## COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES DE ORIGEM (CGRO) – DEINT/SECEX/MDIC

### Ficha Técnica: ACE 35 (MERCOSUL-CHILE)

Legislação em vigor (a partir de **30.09.2025**): 69º Protocolo Adicional ao ACE 35 (Resolução GECEX nº 751, de 3 de julho de 2025).

Última Atualização: **08.08.2025**

CONCEITO		NORMAS	OBSERVAÇÕES
Nomenclatura do Acordo	Nomenclatura do Sistema Harmonizado utilizada para definir os produtos negociados no acordo e suas respectivas regras de origem e preferências tarifárias.	69º PA ao ACE 35	NALADI SH-2012 NALADI SH-1996 para o setor automotivo (Anexo I do Apêndice 3)
Totalmente Elaborados ou Obtidos	Produtos totalmente elaborados ou obtidos no território de um ou mais Estados Partes.	69º PA ao ACE 35, art. 4º, §1º	
Elaborados Exclusivamente a Partir de Materiais Originários	Produtos elaborados no território de um ou mais Estados Partes exclusivamente a partir de materiais originários.	69º PA ao ACE 35, art. 4º, §2º	
Regra Geral	Princípio de determinação de origem que se aplica a todos os produtos negociados, exceto aquelas mercadorias para as quais se deseja estabelecer uma exigência de origem distinta.	69º PA ao ACE 35, art. 4º, §3º, §4º e §5º	
Regras Específicas	São as exceções à regra geral. Para cada produto é definido uma regra específica.	69º PA ao ACE 35, art. 8º 69º PA ao ACE 35, Apêndices nº 1, 2 e 3	Os requisitos específicos de origem prevalecerão sobre as regras gerais, dispostas no art. 4º
Critérios de Qualificação de Origem (utilização de materiais não-originários)	Salto Tarifário	Estabelece que a mudança de classificação tarifária dos insumos originários, em qualquer nível de abertura da nomenclatura, pode resultar em uma mercadoria originária, uma vez que houve uma transformação substancial.	69º PA ao ACE 35, art. 4º, §3º
	Máximo Conteúdo Importado	Define um limite máximo da participação dos insumos importados no preço da mercadoria exportada.	69º PA ao ACE 35, art. 4º, § 4º e 5º

CONCEITO			NORMAS	OBSERVAÇÕES
	Requisitos Técnicos/ Processos Produtivos	Exigência que especifica certos processos produtivos que devem ser efetuados, obrigatoriamente, no território de um país membro, para que a mercadoria produzida seja considerada originária.	69º PA ao ACE 35, Apêndices nº 1 e 3	
Trânsito e não alteração dos produtos		Exigências adicionais relacionadas com a logística da mercadoria, que devem ser obedecidas para que esta seja considerada originária.	69º PA ao ACE 35, art. 11	
Operações Insuficientes		Processos produtivos que, por sua simplicidade e por agregar pouco valor, não são considerados suficientemente importantes para conferir origem à mercadoria final.	69º PA ao ACE 35, art. 6º	
“De minimis”		Permite que um determinado percentual de insumos não-originários que não cumprem a exigência de salto tarifário estabelecida possa ser utilizado na produção de uma mercadoria, sem que esta perca sua condição de originária. Esse percentual pode ser de quantidade ou valor.	69º PA ao ACE 35, art. 5º	
Tratamento Diferenciado		Flexibilidade para países membros de menor desenvolvimento econômico relativo.	69º PA ao ACE 35, art. 4, §7º 69º PA ao ACE 35, Apêndice nº 2	

CONCEITO		NORMAS	OBSERVAÇÕES
Fórmula de Cálculo de Valor de Conteúdo Importado	Fórmula para calcular o critério de qualificação de conteúdo regional.	69º PA ao ACE 35, art. 4, §4º	
Acumulação	Permite que os insumos originários de outros países membros do acordo sejam considerados também como originários para determinar a origem da mercadoria final.	69º PA ao ACE 35, art. 10, §1º	
Acumulação Estendida	Permite que os países membros possam acumular insumos de terceiros países	69º PA ao ACE 35, art. 10, §2º	
Acumulação de Processos	Considera o território dos países membros como um único território, priorizando os processos.	NÃO APLICÁVEL	
Prova de Origem	Documento que comprova que a mercadoria cumpre o estabelecido em determinado regime de origem de um acordo comercial, permitindo assim o tratamento tarifário preferencial.	69º PA ao ACE 35, art. 14 a 16	
Certificado de Origem	Documento que atesta o caráter originário da mercadoria.	69º PA ao ACE 35, art. 17	Formato estabelecido no Apêndice nº 4 (Certificado de Origem – ACE N° 35)
Certificado de Origem Eletrônico ou Digital	Certificado de origem emitido eletronicamente com assinatura digital (sem papel).	69º PA ao ACE 35, art. 17, §2º	Estrutura deverá conter campos indicados no Apêndice N° 4 (Certificado de origem do ACE N° 35)
Entidades Certificadoras	Entidades habilitadas pelos governos a emitirem certificados de origem.	69º PA ao ACE 35, art. 18	
Terceiro Operador	Operador diferente ao produtor e exportador da mercadoria.	69º PA ao ACE 35, art. 12	

CONCEITO		NORMAS	OBSERVAÇÕES
Verificação de Origem e Investigação de Origem	Atividades relacionadas com o controle e constatação do cumprimento das regras de origem por uma mercadoria declarada como originária.	69º PA ao ACE 35, art. 22 a 36	
Sanções	Ações para punir eventuais infrações cometidas pelas entidades emissoras dos certificados de origem ou seus solicitantes.	69º PA ao ACE 35, art. 40	
Quota	Limite quantitativo para a importação de determinado bem com preferência tarifária.	NÃO APLICÁVEL	
Mercadoria Originária	Mercadoria que cumpre com as exigências do regime de origem e, por conseguinte, faz jus ao tratamento preferencial.	69º PA ao ACE 35, art. 4º	
Materiais Indiretos ou Neutros	Materiais empregados na produção, verificação ou inspeção de uma mercadoria, podendo estar ou não fisicamente incorporados a ela.	NÃO APLICÁVEL	
Materiais Intermediários	Material originário produzido por um fabricante que o utiliza na produção de outra mercadoria.	NÃO APLICÁVEL	
Materiais Fungíveis	Materiais intercambiáveis para efeitos comerciais cujas propriedades são essencialmente idênticas.	NÃO APLICÁVEL	

CONCEITO		NORMAS	OBSERVAÇÕES
Jogos e Sortidos	Bens que podem ser comercializados conjuntamente, constituindo um conjunto de mercadorias de uma mesma gama ou que se complementam em seu uso, de acordo com a Regra Geral 3 do SH.	NÃO APLICÁVEL	
Mecanismo de Desabastecimento	Mecanismo que determina a possibilidade de utilização de materiais não-originários, sem que comprometa a qualificação de origem da mercadoria, quando não houver produção dos insumos nos países membros ou quando houver problemas circunstanciais de abastecimento, tais como: disponibilidade ou prazo de entrega.	NÃO APLICÁVEL	